

GOVERNO DO ESTADO



SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CONTRATADA: COMPAC ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 10.593.378/0001-08

Obra/Serviço: Fornecimento De Serviços De Operação, Manutenção Preventiva E Preditiva Do Sistema De Distribuição De Energia Elétrica 230 / 13.8kv Da Subestação da antiga fábrica da Ford/Coelba Do Cifn Em Atendimento Ao Padrão da antiga fábrica da Ford Fas 08-161 - P&D For Prevention Of Injuries From Electrical Systems (Construction Specification 16960) E Operação E Manutenção Nos Equipamentos Das Utilidades Na Planta Cam.

Área da unidade industrial (antiga fábrica da FORD Camaçari Aprox. 4.700.000,00 m² de área total e 314.800,00 m² de área construída.

CONTRATO Nº: 023/2023

INÍCIO: 13/12/2023

TÉRMINO: 13/06/2024

VALOR DO CONTRATO: R\$ R\$ 1.380.000,00 (UM MILHÃO E TREZENTOS E OITENTA MIL REAIS).

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Engenheiro Eletricista e Engenheiro Civil Wellington Cerqueira Lima – CREA BA 28.737/D - RNP: 0500239290

Engenheiro Eletricista Wilson Cerqueira Lima Filho – CREA-BA 87922 – RNP: 0518561828

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

O SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO – SDE declara, para devidos fins, que considerou satisfatória o Fornecimento De Serviços De Operação, Manutenção Preventiva E Preditiva Do Sistema De Distribuição De Energia Elétrica 230 / 13.8kv Da Subestação da antiga fábrica da Ford/Coelba Do Cifn Em Atendimento Ao Padrão da antiga fábrica da Ford Fas 08-161 - P&D For Prevention Of Injuries From Electrical Systems (Construction Specification 16960) E Operação E Manutenção Nos Equipamentos Das Utilidades Na Planta Cam., localizado na Avenida HENRY FORD no bairro POLO PETROQUÍMICO, Camaçari-BA. No período de 13/12/2023 a 13/06/2024, pela empresa **COMPAC ENGENHARIA LTDA**, com sede no end.: Avenida Luís Viana Filho, 006462, Sala 1607 Setor East, Patamares, Salvador, BA, CEP: 41.680-400, tendo como responsáveis técnicos pela Obra o Engenheiro Eletricista e Engenheiro Civil Wellington Cerqueira Lima – CREA BA 28.737/D - RNP: 0500239290, Engenheiro Eletricista Wilson Cerqueira Lima Filho – CREA-BA 87922 – RNP: 0518561828, , conforme planilha de execução abaixo discriminada

Serviços executados conforme informações abaixo:

UTILIDADES CENTRAIS

Sistemas elétricos:

- a) Manobras e Corretivas no Centro de distribuição e suas respectivas subestações;
- b) Partida / controle / parada dos equipamentos no prédio das Utilidades e ETA;
- c) Quadros de comando do sistema de água processo, de água gelada, das torres de resfriamento dos compressores e dos Chillers;
- d) Circuitos de Iluminação de ruas e pátios;
- e) Motores elétricos dos respectivos sistemas (ar comprimido, água gelada, água processo e água potável);
- f) Operação dos poços externos de fornecimento água potável (Embasa);
- g) Operação dos poços internos de fornecimento água potável (antiga fábrica da FORD);
- h) Sistema de alarme de incêndio;
- i) Sistema de alarme das cercas perimetrais.

Sistemas mecânicos:

- a) Bombas / Válvulas das Torres de Resfriamento - Sistema de Ar Comprimido;
- b) Bombas de Recirculação das Torres de Ar Comprimido;
- c) Secadores de Ar comprimido;
- d) Vasos de Pressão de 8 Bar;
- e) Elevatórias Externas e externas;

Equipamentos dos containers de incêndio

UTILIDADES DO PLAZA

Sistemas elétricos:

- a) Partida / Controle / Parada dos equipamentos no prédio do Plaza (Chillers) - 280 TR;
- b) Quadros de distribuição de energia;
- c) Iluminação de Emergência e iluminação de saídas de emergências;
- d) Gerador de emergência para atendimento do Centro Médico;
- e) Manutenção preventiva na subestação e salas de elétrica.

INSTALAÇÕES DO MAIN OFFICE

- a) Manutenção dos circuitos de água potável;
- b) Sistemas de distribuição de energia (sala de elétrica);
- c) Painéis de força e controle;
- d) Equipamentos de refrigeração (Split / multi Split / AHU's / VRF) – 350000btu;
- e) Acessórios do sistema de refrigeração (grelhas / dutos);

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE
4ª AVENIDA, Quadra 415, bairro CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA – SALVADOR - BA
CEP: 41745-002
CNPJ: 13.937.040/0001-06

- f) Manutenção nos Painéis dos circuitos de iluminação;
- g) Manutenção no circuito de iluminação.

INSTALAÇÕES DO CENTRO MÉDICO

- a) Manutenção dos circuitos de água potável;
- b) Sistemas de distribuição de energia (sala de elétrica);
- c) Painéis de força e controle;
- d) Equipamentos de refrigeração (Split / multi Split / AHU's);
- e) Acessórios do sistema de refrigeração (grelhas / dutos);
- f) Manutenção nos Painéis dos circuitos de iluminação;
- g) Manutenção no circuito de iluminação.
- h) Instalações elétricas de baixa tensão com IT Médico.
 - a. Transformador de separação duplo 5Kva – 127-220;
 - b. DSI (dispositivo de Isolamento) e DST (dispositivo Sup. Do Transformador) NBR 135344;
 - c. Transformador de Corrente 2000: 1
 - d. IHM (Anunciador de alarme e teste central)
 - e. Quadros de supervisão e proteção;

ETA (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA)

Sistemas elétricos:

- a) Partida / controle / parada das bombas do sistema de distribuição de água (ETA)
- b) Operação e manobras nos Painéis de Comando das referidas bombas;

Sistemas mecânicos:

- a) Bombas / válvulas para o Sistema de Água Potável – 125 Hp;

INSTALAÇÕES DE UTILIDADES (PRÉDIOS PRODUTIVOS DA ANTIGA FÁBRICA DA FORD)

- a) Manobras nas válvulas e corretivas dos circuitos de: água potável, água de resfriamento, água gelada, ar comprimido e efluentes (sanitário e industrial);
- b) Manobras nos sistemas de distribuição de energia (subestações secundárias e barramentos) do Body Shop, Final Assembly, Paint Shop, Fox, Press Shop, Technical Center e Manutenção Site (Busway com capacidade 1800A);
- c) Movimentação e manutenção de portas industriais, de emergência e de pedestres;
- d) Retirada de água de chuva acumulada nos coletores dos prédios.

INSTALAÇÕES DE UTILIDADES DOS OSS'S (PARCEIROS)

- a) Manobras nas válvulas e corretivas dos circuitos de: água potável, água de resfriamento, água gelada, ar comprimido e efluentes (sanitário e industrial);
- b) Manobras nos sistemas de distribuição de energia (subestações) na área da Maxcoat, Autometal, antiga Saargummi, Flex N Gate, Yard, Kautex, Sodécia e Ferrolene;
- c) Movimentação e manutenção de portas industriais, de emergência e de pedestres;
- d) Retirada de água de chuva acumulada nos coletores dos prédios dos parceiros.

INSTALAÇÕES DO PD (todos os prédios)

- a) Manobras nas válvulas dos circuitos de água potável e ar comprimido
- b) Sistemas de distribuição de energia do PD.

INSTALAÇÕES DO TRUCK GATE (PORTARIA CAMINHÕES)

- a) Manutenção dos circuitos de água potável;
- b) Sistemas de distribuição de energia (sala de elétrica);
- c) Painéis de força e controle;
- d) Equipamentos de refrigeração (Split / multi Split);
- e) Painéis dos circuitos de iluminação.

INSTALAÇÕES DO MAIN GATE (PORTARIA PRINCIPAL)

- a) Manutenção dos circuitos de água potável;
- b) Sistemas de distribuição de energia (sala de elétrica);
- c) Painéis de força e controle;
- d) Equipamentos de refrigeração (Split / multi Split / AHU's);
- e) Acessórios do sistema de refrigeração (grelhas / dutos);
- f) Manutenção nos Painéis dos circuitos de iluminação;
- g) Manutenção no circuito de iluminação.

CAFETERIA CENTRAL (RESTAURANTE CENTRAL)**Sistemas elétricos:**

- a) Sistemas de distribuição de energia elétrica (sala de elétrica)
- b) Painéis de força e controle;
- c) Circuitos de iluminação.

Sistemas mecânicos / refrigeração:

- a) Sistema de aquecimento de água (Boylers) – 80 m³;
- b) Sistema de distribuição de água potável / gás / água quente;
Equipamentos de refrigeração (AHU's);
- c) Acessórios do sistema de refrigeração (grelhas / dutos).

ÁREAS EXTERNAS**Sistemas gerais (elétrico / mecânico / operacional)**

- a) Geradores de emergência e respectivos painéis de transferência;

- b) Inspeção e laudo conforme sistema gerenciador de manutenção no sistema de SPDA;
- c) Manutenção de iluminação das ruas, estacionamentos, pátios de armazenamento de veículos e 382 pontos em iluminação de LED;
- d) Corretiva no sistema distribuição de energia no Porto Miguel de Oliveira (Aratu);
- e) Operação dos poços externos de fornecimento água potável (Embasa).

TRECHO 230 KV

- 1. CHAVE SECCIONADORA TRIPOLAR MOTORIZADA 230 KV - 34B2-B, 34B2-D 34B1 -B, 34B1-D – 2 UNIDADES;
- 2. TRANSFORMADORES DE CORRENTE 230 KV - 74T1, 74T2 – 6 UNIDADES;
- 3. DISJUNTORES SF6, ACIONAMENTO MOLA 230 KV - 14T1, 14T2 – 2 UNIDADES;
- 4. PARA-RAIOS 230 KV, - 94T1, 94T2;
- 5. TP/TC MEDIÇÃO FATURAMENTO - 74T1 MF, 74T2 MF – 230 KV- 12 UNIDADES;
- 6. TRANSFORMADOR DE FORÇA 25/30/35 MVA 230/13,8 KV- 04T1, 04T2 – 2 UNIDADES;
- 7. BARRAMENTO, ISOLADORES, PORTICOS, CONEXÕES REFERENTE AO TRECHO 230 KV;
- 8. CONPREENDIDO ENTRE – 34B2-B AO 04T1 E 34B1-D AO 04T2;
- 9. COMANDO, RELES DE PROTEÇÃO, PAINEL DA SALA DE COMANDO E CABEAMENTO REFERENTE AO TRECHO DE 230 KV;

TRECHO 13,8 KV

- 1. Linhas 13.8kV – 01P6, 01P5, 01P4, 01P3, 01P2, 01P1, 01N6, 01N5, 01N4, 01N3, 01N2, 01N1;
- 2. PARA RAIOS 13,8 KV - 91T1, 91T2, 91H1, 91H2, 91N1 ,91N2, 91N3, 91N4, 91N5, 91N6, 91P1, 91P2, 91P3, 91P4, 91P5, 91P6;
- 3. TRANSFORMADOR DE CORRENTE - 71T1, 71T2, 71D1, 71D2 ,71B3, 71H1, 71H2, 71N1, 71N2, 71N3, 71N4, 71N5, 71N6, 71P1, 71P2, 71P3, 71P4, 71P5, 71P6 – 19 UNIDADES;
- 4. DISJUNTORES SF6, ACIONAMENTO MOLA 13,8 KV - 11T1, 11T2, 11D1, 11D2, 11H1, 11H2, 11B3, 11N1, 11N2 ,11N3, 11N4 ,11N5, 11N6, 11P1, 11P2, 11P3 ,11P4 ,11P5, 11P6 – 19 UNIDADES;
- 5. TRANSFORMADOR AUXILIAR 75 KVA - 01T3, 01T4 – 2 UNIDADES;
- 6. CHAVE FUSIVEL TRAFÓ - 41T3, 41T4;
- 7. TRANSFORMADOR DE POTENCIAL - 81B3 – 1, 81B3 – 2 – 2 UNIDADES;
- 8. BARRAMENTO, ISOLADORES, PORTICOS E CONEXÕES - 01B3-2, 01B4-2, 01B3-1, 01B4-1, TRECHO ENTRE TRAFÓ E DISJUNTORES 11T1 E 11T2 – 2 UNIDADES;
- 9. BANCO DE CAPACITORES - 01H1, 01H2 – 2 UNIDADES (200 kvar);
- 10. CHAVES SECCIONADORAS MOTORIZADAS - 31B3-1, 31B3-2, 31B4;
- 11. CHAVES SECCIONADORAS MANUAIS - 31T1-4, 31T1-5, 31T1-6, 31T2-4, 31T2-5, 31T2-6, 31H1-4, 31H1-5, 31H1-6, 31H2-4, 31H2-5, 31H2-6, 31D1-4, 31D1-5,

- 31D2-4, 31D2-5, 31N1-4, 31N1-5, 31N1-6, 31N2-4, 31N2-5, 31N2-6, 31N3-4, 31N3-5, 31N3-6, 31N4-4, 31N4-5, 31N4-6, 31N5-4, 31N5-5, 31N5-6, 31N6-4, 31N6-5, 31N6-6, 31P1-4, 31P1-5, 31P1-6, 31P2-4, 31P2-5, 31P2-6, 31P3-4, 31P3-5, 31P3-6, 31P4-4, 31P4-5, 31P4-6, 31P5-4, 31P5-5, 31P5-6, 31P6-4, 31P6-5, 31P6-6;
12. BANCO DE BATERIAS – 1900 Ah;
13. RETIFICADORES;
14. COMANDO, RELES DE PROTEÇÃO, PAINEL DA SALA DE COMANDO, CHAVES, FUSÍVEIS E CABEAMENTO REFERENTE AO TRECHO DE 13,8 KV;
15. SISTEMA DE VENTILAÇÃO E REFRIGERAÇÃO DA CASA DE COMANDO;
16. MALHA DE ATERRAMENTO;
17. SISTEMA DE PROTEÇÃO E MONITORAMENTO;
18. ILUMINAÇÃO DA SUBESTAÇÃO.
19. Manutenção de 13 Subestações de 13.8kv/440v, 10.500 Kva.
20. Cabos 12/20 kv 95mm² - 6800m

TRABALHOS ENVOLVENDO ALTA TENSÃO (AT)

- a) Os trabalhadores que intervenham em instalações elétricas energizadas com alta tensão, que exerçam suas atividades dentro dos limites estabelecidos como zonas controladas e de risco, conforme Anexo I, devem atender ao disposto no item 10.8 desta NR.
- b) Os trabalhadores de que trata o item 10.7.1 devem receber treinamento de segurança, específico em segurança no Sistema Elétrico de Potência (SEP) e em suas proximidades, com currículo mínimo, carga horária e demais determinações estabelecidas no Anexo II desta NR.
- c) Os serviços em instalações elétricas energizadas em AT, bem como aqueles executados no Sistema Elétrico de Potência – SEP, não podem ser realizados individualmente.
- d) Todo trabalho em instalações elétricas energizadas em AT, bem como aquelas que interajam com o SEP, somente pode ser realizado mediante ordem de serviço específica para data e local, assinada por superior responsável pela área.
- e) Antes de iniciar trabalhos em circuitos energizados em AT, o superior imediato e a equipe, responsáveis pela execução do serviço, devem realizar uma avaliação prévia, estudar e planejar as atividades e ações a serem desenvolvidas de forma a atender os princípios técnicos básicos e as melhores técnicas de segurança em eletricidade aplicáveis ao serviço.
- f) Os serviços em instalações elétricas energizadas em AT somente podem ser realizados quando houver procedimentos específicos, detalhados e assinados por profissional autorizado.
- g) A intervenção em instalações elétricas energizadas em AT dentro dos limites estabelecidos como zona de risco, conforme Anexo I desta NR, somente pode ser realizada mediante a desativação, também conhecida como bloqueio, dos conjuntos e dispositivos de religamento automático do circuito, sistema ou equipamento.

- h) Os equipamentos e dispositivos desativados devem ser sinalizados com identificação da condição de desativação, conforme procedimento de trabalho específico padronizado.
- i) Os equipamentos, ferramentas e dispositivos isolantes ou equipados com materiais isolantes, destinados ao trabalho em alta tensão, devem ser submetidos a testes elétricos ou ensaios de laboratório periódicos, obedecendo-se as especificações do fabricante, os procedimentos da empresa e na ausência desses, anualmente.
- j) Todo trabalhador em instalações elétricas energizadas em AT, bem como aqueles envolvidos em atividades no SEP devem dispor de equipamento que permita a comunicação permanente com os demais membros da equipe ou com o centro de operação durante a realização do serviço.

SERVIÇOS DE OPERAÇÃO

- a) Operação local dos equipamentos de manobra da Subestação da antiga fábrica da FORD, disjuntores, chaves motorizadas e L.T.C., de forma programada ou em caráter intempestivo sempre que houver necessidade.
- b) Serão supervisionadas as grandezas elétricas da subestação (tensão, fator de potência, corrente, demanda), através do sistema de automação e controle, a partir da sala de operação da casa de comando. Emissão de relatórios de acordo com necessidade da Contratante.
- c) Supervisão das manobras executadas por operador na subestação.
- d) Estudo de ocorrências com interrupção de carga, analisando atuação de proteção e sempre que necessário elaborando novos ajustes de proteção a serem implantados.
- e) Acompanhamento mensal da evolução das cargas nos alimentadores, nos gerais dos transformadores e também nas linhas de transmissão, a fim de alertar para possíveis problemas operacionais.
- f) Contatos operacionais em tempo real com a antiga fábrica da FORD e também com a empresa Transmissora para a perfeita operação das instalações da subestação.

Salvador/BA, 10 de Setembro de 2024.

FELIPE PINHEIRO DE MESQUITA
DIRETOR DE GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA DA SDE
CREA BA 0515362433
ENGENHEIRO CIVIL

**ÂNGELO MÁRIO CERQUEIRA DE ALMEIDA SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE/BA**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE
4ª AVENIDA, Quadra 415, bairro CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA – SALVADOR - BA
CEP: 41745-002
CNPJ: 13.937.040/0001-06

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SDE/GAB/DG/CCC

Modalidade de Licitação

Número

DISPENSA DE LICITAÇÃO

016/2023

CONTRATO Nº 023/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE, E A EMPRESA COMPAC ENGENHARIA LTDA.

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE**, inscrita no CNPJ sob nº 13.937.040/0001-06, situada na 4ª Avenida, 415, Centro Administrativo da Bahia – CAB, Salvador/BA, neste ato representado por seu titular, **Sr. ANGELO MARIO CERQUEIRA DE ALMEIDA**, devidamente autorizado por decreto de delegação de competência, publicado no Diário Oficial do Estado – DOE, edição de 16 de fevereiro de 2023, com efeito, a partir de 9 de fevereiro de 2023, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **COMPAC ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 10.593.378/0001-08, situada na Avenida Luís Viana Filho, nº 6462, Sala 1607, Patamares. Salvador/BA, neste ato representada pelo **Sr. WILSON CERQUEIRA LIMA**, portador do documento de identidade nº 1281550868, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 013.005.625-10, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, em face do que consta no processo administrativo SEI 015.1533.2023.0004311-28, resolvem celebrar o presente CONTRATO, que se regerá de acordo com a Lei Estadual nº 9.433/05, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de Fornecimento De Serviços De Operação, Manutenção Preventiva E Preditiva Do Sistema De Distribuição De Energia Elétrica 230 / 13.8kv Da Subestação da antiga fábrica da Ford/Coelba Do Cifn Em Atendimento Ao Padrão da antiga fábrica da Ford Fas 08-161 - P&D For Prevention Of Injuries From Electrical Systems (Construction Specification 16960) E Operação E Manutenção Nos Equipamentos Das Utilidades Na Planta Cam, de acordo com as especificações do Termo de Referência e da proposta apresentada pela CONTRATADA, que integram este instrumento na qualidade de Anexos I e II, respectivamente.

§1º A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação do objeto, salvo as situações permitidas constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA

(X) A garantia contratual será de 5% (cinco por cento) do valor efetivo do contrato, podendo recair, a critério da contratada, sobre qualquer das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, a prova da garantia, na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da data de assinatura do contrato, admitindo-se, para o seguro-garantia e a fiança bancária, que a comprovação seja feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias daquela data, sem o que fica vedada, em qualquer caso, a realização de pagamento.

§2º A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais.

§3º A CONTRATADA ficará obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada, bem como a atualizar o seu valor nas mesmas condições do contrato.

§4º No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

§5º A CONTRATADA deverá atualizar a garantia sempre que houver alteração contratual, no mesmo prazo deferido para a comprovação da garantia originária, visando assegurar a cobertura das modificações procedidas.

§6º Será recusada a garantia que não atender às especificações solicitadas, devendo ser notificada a CONTRATADA para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sane a incorreção apontada ou, no caso de títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, promova a substituição por caução em dinheiro.

§7º O retardamento, a falta da apresentação ou a não substituição da garantia impedirá a realização do pagamento das faturas apresentadas, sem prejuízo da incidência de multa moratória, da rescisão do contrato nos termos do art. 167, inc. III, da Lei nº 9.433/05 e das demais cominações legais.

§8º A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período adicional de 03 (três) meses, contado do termo final de vigência do contrato, o qual deve ser sempre contemplado na hipótese de prorrogação.

§9º A devolução da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto do contrato, com a demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações pactuadas.

CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO

Serviço com empreitada por preço: (X) Global () Unitário

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados os valores abaixo especificados:

ITEM	CÓD. SIMPAS	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
1	04.40.00.00183322-7	MANUTENCAO DE SISTEMA DE DISTRIBUICAO ELETRICA, 230/13,8 Kv, incluindo operacao da Subestacao, preventiva, preditiva e corretiva, com reposicao de peças	R\$ 230.000,00	R\$ 1.380.000,00
VALOR MENSAL ESTIMADO			R\$ 230.000,00	
VALOR GLOBAL ESTIMADO 180 DIAS			R\$ 1.380.000,00	

§1º O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, o valor estimado mensal de **R\$ 230.000,00** (duzentos e trinta mil reais), e o valor global estimado de **R\$ 1.380.000,00** (um milhão, trezentos e oitenta mil reais).

§2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE GESTORA	PROJETO	ELEMENTO DE DESPESA	DESTINAÇÃO DE RECURSOS
15.101	0001	22.662.303.4160	3.3.90.39.000 / 3.3.90.37.000	1.500.0.100.000000.00.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das determinações contidas no Termo de Referência, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- I. designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;
- II. Manter no mínimo 02 operadores mantenedores técnicos habilitados no local para atuar em operações, inspeções e manutenções na Subestação de acordo com os requisitos da NR10, das 07h às 16h em todos os dias que vigorar o contrato.
- III. executar integralmente o objeto deste contrato de acordo com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, devendo cumprir, sob todos os aspectos, as normas, leis e regulamentos externos e internos, sejam eles municipais, estaduais ou federais, incluindo os temporários e disciplinares.
- IV. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente do objeto deste contrato;
- V. zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente e exigências que lhe forem solicitadas;
- VI. comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- VII. atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;
- VIII. respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes no CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- IX. reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo que for determinado, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando as instalações na mais perfeita condição de funcionamento;
- X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos o dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas ocorrência;
- XI. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- XII. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- XIII. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato;
- XIV. adimplir os fornecimentos exigidos pelo Termo de Referência e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- XV. emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação;

- XVI. observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato;
- XVII. executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato;
- XVIII. prover as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos no Termo de Referência;
- XIX. alocar durante todo o período de execução do objeto a equipe técnica mínima exigida no Termo de Referência, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE;
- XX. providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

PARÁGRAFO ÚNICO. Além das determinações acima descritas, a CONTRATADA que estiver sujeita à determinação do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), regulamentado pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, deverá, no que concerne à aprendizagem:

- a) recrutar, preferencialmente, para a contratação de aprendizes prevista no art. 429 da CLT, os estudantes indicados nos incisos I e II do art. 9º da Lei estadual nº 13.459, de 10 dezembro de 2015, regulamentada pelo Decreto estadual nº 16.761, de 07 de junho de 2016, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da CONTRATADA;
- b) apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução do serviço, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata o Decreto estadual nº 16.761/16, devendo justificar, perante o CONTRATANTE, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- I. fornecerá a CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato no prazo máximo de 10 (dez);
- II. realizar o pagamento pela execução do objeto contratual;
- III. Fornecer as peças de reposição que forem necessários, apontadas mediante relatórios técnicos apresentados pela CONTRATADA e aprovada pela CONTRATANTE
- IV. proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial, no prazo legal.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorrerá com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, nos termos do art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei estadual nº 9.433/05.

§3º Compete especificamente à fiscalização, sem prejuízo de outras obrigações legais ou contratuais:

- I. exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações pactuadas;
- II. rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado;
- III. relatar ao Gestor do Contrato ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros;
- IV. dar à autoridade superior imediata ciência de fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a CONTRATADA, ou mesmo à rescisão do contrato.

§4º Fica indicado como gestor do Contrato o servidor **JAILSON DE ARAÚJO SILVA**, matrícula 92088644 e como fiscal, o servidor **MAURO SÉRGIO SOUSA SILVA**, matrícula nº 9200863-1.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO DO OBJETO

O recebimento do objeto, consistente na aferição da efetiva prestação do serviço, realização da obra, entrega do bem ou de parcela destes, se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual nº 9.433/05, observando-se os seguintes prazos, se outros não houverem sido fixados no Termo de Referência:

- I. se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;
- II. quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.

§1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento definitivo far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§2º Na hipótese de não ser lavrado o termo circunstanciado ou de não ser procedida a verificação dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados ao CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

§3º O recebimento definitivo de compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros

§4º Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação do CONTRATANTE, não dispondo o TERMO DE REFERÊNCIA de forma diversa, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos.

§5º Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:

- I. gêneros perecíveis e alimentação preparada;
- II. serviços profissionais;
- III. serviços de valor até o limite previsto para compras e serviços, que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

§6º Salvo disposições em contrário constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

§7º O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis.

§8º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§9º Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, §5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, "a"; art. 154, V e art. 155, V da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.

§2º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.

§3º O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.

§4º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação e, para efeito do art. 126, inciso XVI, da Lei estadual nº 9.433/05, o processo de pagamento deverá ser instruído com a prova da manutenção das condições de habilitação e qualificação estabelecidas na licitação, considerando-se como marco final a data de conclusão da etapa do recebimento definitivo, cuja demonstração poderá ser aferida mediante consulta ao Registro Cadastral ou a sites oficiais.

§5º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, de circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

§6º As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

§7º Em caso de mora nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, será observado o que se segue:

- I. a atualização monetária será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore;
- II. nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até 15 (quinze) dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias, em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05.

§8º Optando a CONTRATADA por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada no

Caput deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta.

§1º Após o prazo de 12 (doze) meses a que se refere o *caput*, a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§3º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei nº 10.406/02.

§4º A revisão de preços pode ser instaurada pelo CONTRATANTE quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no contrato, conforme o art. 143, inc. II, alínea "e", da Lei estadual nº 9.433/05.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A prorrogação, suspensão ou rescisão sujeitar-se-ão às mesmas formalidades exigidas para a validade deste contrato.

§1º A admissão da fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA está condicionada à manutenção das condições de habilitação e à demonstração, perante o CONTRATANTE, da inexistência de comprometimento das condições originariamente pactuadas para a adequada e perfeita execução do contrato.

§2º Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:

- I. a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;
- II. reajustamento de preços previsto no edital e neste contrato, bem como as atualizações, compensações ou a penalidades financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes;
- III. o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INEXECUÇÃO E RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do §2º do art. 168 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES

Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184, 185 e 199 da Lei estadual nº 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§1º Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato, observando-se os critérios de dosimetria estabelecidos pelo Decreto estadual nº 13.967/12.

§2º Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184, nos incisos II, III e V do art. 185 e no art. 199 da Lei estadual nº 9.433/05.

§3º Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e nos incisos I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

§4º A CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei estadual nº 9.433/05, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista exigidas para cadastramento.

§5º A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, na forma prevista na cláusula seguinte, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, observado o disposto na Lei estadual nº 9.433/05 e no Decreto estadual nº 13.967/12.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÃO DE MULTA

A pena de multa será aplicada em função de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Quanto à obrigação principal, será observado o que se segue:

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato;
- II. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado;
- III. O atraso no cumprimento da obrigação principal ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

§2º Quanto à obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, e cujo descumprimento não comprometa, retarde, impeça ou embarace a execução dos serviços, em conformidade com as especificações exigíveis, será observado o que se segue:

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação acessória, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor ou custo da obrigação descumprida;
- II. Caso o cumprimento da obrigação acessória, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor ou custo da obrigação descumprida;
- III. O atraso no cumprimento da obrigação acessória ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor ou custo da obrigação descumprida;
- IV. Caso não seja possível identificar o valor ou custo da obrigação acessória descumprida, a multa será arbitrada pelo CONTRANTE, em valor que não supere 1% (um por cento) da sanção pecuniária que seria cabível pelo descumprimento da obrigação principal.

§3º Se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.

§4º Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§5º As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§6º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§7º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

§8º Caso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento e na proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a CONTRATADA poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONTRATADA deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Cerqueira Lima Filho, Representante Legal da Empresa**, em 12/12/2023, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00080860211** e o código CRC **27921755**.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20230625653

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL

1. Responsável Técnico

WELLINGTON CERQUEIRA LIMA

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETROTÉCNICA**

RNP: **0500239290**

Registro: **28737BA**

Empresa contratada: **COMPAC ENGENHARIA LTDA**

Registro : **0000221480-BA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ? SDE**

CPF/CNPJ: **13.937.040/0001-06**

AVENIDA 4º AVENIDA

Nº: **Quadra 415**

Complemento: **2º ANDAR**

Bairro: **CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA**

Cidade: **SALVADOR**

UF: **BA**

CEP: **41745002**

Contrato: **023/2023**

Celebrado em: **12/12/2023**

Valor: **R\$ 1.380.000,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação Institucional: **NENHUMA - NAO OPTANTE**

3. Dados da Obra/Serviço

AVENIDA HENRY FORD

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **POLO PETROQUÍMICO**

Cidade: **CAMAÇARI**

UF: **BA**

CEP: **42810225**

Data de Início: **13/12/2023**

Previsão de término: **13/06/2024**

Coordenadas Geográficas: **0, 0**

Finalidade: **Industrial**

Código: **Não Especificado**

Proprietário: **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ? SDE**

CPF/CNPJ: **13.937.040/0001-06**

4. Atividade Técnica

16 - Execução	Quantidade	Unidade
47 - Execução de manutenção > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SUBESTAÇÃO > #TOS_11.9.17.4 - ABAIXADORA DE TENSÃO	230,00	kv
47 - Execução de manutenção > ELETROTÉCNICA > EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS > #TOS_11.4.1 - DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	230,00	kv
50 - Execução de operação > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SUBESTAÇÃO > #TOS_11.9.17.4 - ABAIXADORA DE TENSÃO	230,00	kv
50 - Execução de operação > ELETROTÉCNICA > EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS > #TOS_11.4.1 - DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	230,00	kv
47 - Execução de manutenção > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SUBESTAÇÃO > #TOS_11.9.17.2 - ABRIGADA DE ENERGIA ELÉTRICA	13,80	kv
47 - Execução de manutenção > ELETROTÉCNICA > EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS > #TOS_11.4.1 - DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	13,80	kv
50 - Execução de operação > ELETROTÉCNICA > SISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA > DE SUBESTAÇÃO > #TOS_11.9.17.2 - ABRIGADA DE ENERGIA ELÉTRICA	13,80	kv
50 - Execução de operação > ELETROTÉCNICA > EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS > #TOS_11.4.1 - DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	13,80	kv
47 - Execução de manutenção > ELETROTÉCNICA > EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS > #TOS_11.4.1 - DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	4.700.000,00	m2
47 - Execução de manutenção > PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS > SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE > #TOS_42.5.1 - DE SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (NR10)	4.700.000,00	m2
50 - Execução de operação > ELETROTÉCNICA > EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS > #TOS_11.4.1 - DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS	4.700.000,00	m2
50 - Execução de operação > PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCOS > SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE > #TOS_42.5.1 - DE SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE (NR10)	4.700.000,00	m2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Serviços De Operação, Manutenção Preventiva E Preditiva Do Sistema De Distribuição De Energia Elétrica 230kV /13.8kv Subestação da antiga fábrica da Ford/Coelba E Operação e Manutenção nos Equipamentos das Utilidades Na Planta Cam, em Camaçari-BA

6. Declarações

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: AdcW3
 Impresso em: 14/02/2025 às 15:10:45 por: , ip: 170.83.153.148





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-BA

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20230625653

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

INICIAL

- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe

NENHUMA DAS ENTIDADES

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

WELLINGTON CERQUEIRA LIMA - CPF: 505.332.825-00

_____, _____ de _____ de _____
 Local data

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ? SDE - CNPJ:
 13.937.040/0001-06

9. Informações

A autenticação desta ART pode ser verificada em <https://crea-ba.sitac.com.br/publico/>

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 254,59** Registrada em: **20/12/2023** Valor pago: **R\$ 254,59** Nosso Número: **56499890**

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <http://crea-ba.sitac.com.br/publico/>, com a chave: AdcW3
 Impresso em: 14/02/2025 às 15:10:46 por: , ip: 170.83.153.148

